

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de maio de 2019 às 07h44
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Lei facilita a criação de startups e pequenos negócios 3

correio braziliense.com.br | BR

18 de maio de 2019 | Marco regulatório | Anvisa

Paciente que precisa de remédios caros entra em pauta no STF 5
BRASIL

Correio da Paraíba | PB

19 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

PB é o segundo em inovação 7

Lei facilita a criação de startups e pequenos negócios



Amanda Santos Sette Câmara. FOTO: DIVULGAÇÃO

Pode-se dizer, seguramente, que as startups simbolizam a economia do século 21. Criadas por empreendedores criativos, geralmente jovens, elas provocaram disrupções importantes em todos os ramos da economia. Dos bancos digitais ao Uber, as inovações recentes apoiadas em plataformas on-line têm as impressões digitais destas pequenas empresas.

Como todas as inovações, as startups provocam desafios, principalmente no campo da regulação, que diz respeito à relação entre as empresas e o Poder Público. A boa notícia é que, no final de abril, foi publicada uma lei que facilitará o trabalho destes empreendedores. Em momentos de crise, trata-se de medida mais que necessária.

A Lei Complementar Federal 167/2019 basicamente traz duas novidades: a implementação de um regime especial de abertura e fechamento de empresas, denominado Inova Simples, e a criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), que tem como principal objetivo ampliar o acesso a crédito de baixo custo por micro e pequenos empresários.

O Inova Simples é um regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais que se autodeclaram como startups tratamento diferenciado com vistas a estimular sua criação, formalização e de-

envolvimento.

De acordo com a lei, considera-se startup a empresa de caráter inovador que visa aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam-na como de "natureza incremental"; ou, quando relacionados à criação de algo novo, startups de "natureza disruptiva".

O principal aspecto prático do Inova Simples é a implementação de rito sumário para abertura e fechamento de empresas, que se dará de forma simplificada e automática, no mesmo ambiente digital do portal da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). É uma decisão importante, pelo caráter desburocratizante.

Outra definição importante é que o Inova Simples possibilita a comunicação automática do sistema da Redesim com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). O objetivo da integração é facilitar o registro de marcas e **patentes**, caso haja conteúdo inventivo no escopo na iniciativa empresarial.

Há ainda um terceiro avanço na lei quanto às startups: os recursos capitalizados não constituirão renda para fins tributários, caso sejam destinados exclusivamente ao custeio do desenvolvimento de projetos.

O segundo aspecto da lei é a figura da Empresa Simples de Crédito. As ESCs destinam-se à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios, tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. As Empresas Simples de Crédito deverão adotar a forma de Eireli -- empresário individual ou sociedade limitada constituída exclusivamente por pessoas naturais.

Continuação: Lei facilita a criação de startups e pequenos negócios

Apesar das ESCs não estarem submetidas à fiscalização e normas do Banco Central, a validade de suas operações está condicionada ao registro dessas em entidade credenciadas pelo BC ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outra limitação trazida pela lei relaciona-se com a forma de remuneração da Empresa Simples de Crédito. Diferentemente das instituições financeiras, a ESC somente poderá cobrar juros remuneratórios, sendo vedada a imposição de qualquer outro encargo ou tarifa. Além disso, a receita bruta anual da Empresa Simples de Crédito não poderá exceder o limite de receita bruta para Empresa de Pequeno Porte (EP-

P), equivalente a R\$ 4,8 milhões ao ano.

Além de desburocratizar procedimentos para a criação de startups e pequenas empresas, a nova lei visa quebrar a hegemonia dos bancos, gerando maior concorrência ao setor financeiro e facilidade de acesso ao crédito a pequenos empresários. Diante da desobrigação de intermediação financeira, microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte poderão contratar diretamente com as ESCs.

Amanda Santos Sette Câmara*

Paciente que precisa de remédios caros entra em pauta no STF

BRASIL



Pais de Natan, de 6 anos, tentam convencer o Supremo a garantir que o SUS pague para ele a importação do canabidiol

(foto: José Cruz/Agência Brasil) Uma redução de 80 para "apenas" quatro ou cinco convulsões diárias. Esse é o principal argumento dos pais de Natan, de 6 anos, para convencer o Supremo Tribunal Federal (STF) a garantir que o Sistema Único de Saúde (SUS) pague para ele a importação do canabidiol, substância extraída da planta de maconha e único tratamento que se mostrou eficaz para atenuar o sofrimento da criança. "É a prova mais cabal que tem. Precisa de mais?", indaga o advogado Davi Caballin, que representa a família. Para os governadores brasileiros, porém, que se uniram para contestar o pedido no Supremo, é preciso que a substância receba o registro da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) antes que possa ser fornecida a um alto custo pelo SUS.

O caso está marcado para ser julgado em plenário na próxima quarta-feira (22) e, por ter status de repercussão geral, seu desfecho deve servir de base para a resolução de todas as disputas judiciais que tratam do fornecimento de medicamentos de alto custo sem registro na **Anvisa**, em todas as instâncias da Justiça.

Desde 2015 o estado de São Paulo tenta reverter, sem sucesso, a decisão de primeira instância que determinou ao governo paulista pagar para Natan os cerca de R\$ 300 mil necessários por semestre para importar o canabidiol. Após o caso ganhar a repercussão geral no Supremo, todas as outras 26 unidades da Federação entraram como interessadas no processo.

Judicialização da saúde

O pano de fundo da disputa é a chamada judicialização da saúde, fenômeno que cresce a cada ano, causando impacto no orçamento da área. Na quarta-feira, o Supremo tem pautadas ainda mais duas repercussões gerais ligadas ao fornecimento de remédios de alto custo pelo SUS. São mais de 43 mil processos suspensos por todo Brasil, aguardando uma definição do plenário.

No início do mês, 11 governadores se reuniram com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, para reclamar que, ao garantir medicamentos caros a poucos, a Justiça pode acabar limitando o acesso de muitos a tratamentos básicos. "A desproporção de valor é gritante. Vamos atender a 500 mil pessoas com o valor que atendemos a 30 milhões de pessoas na atenção básica", disse o governador Reinaldo Azambuja, de Mato Grosso do Sul, que falou em nome do Fórum de Governadores. "A judicialização está tirando recursos da universalização", resumiu.

Não há estimativa agregada sobre os gastos dos estados em decorrência de decisões judiciais ligadas a tratamentos médicos, mas Azambuja mencionou um impacto de até "[R\$] 17 bilhões em todos os estados" em 2018. Segundo o Ministério da Saúde, no ano passado a União pagou, sozinha, R\$ 1,2 bilhão na compra de 10 medicamentos para doenças raras, atendendo a 1.596 pacientes que conseguiram li-

minares na Justiça.

Um levantamento divulgado em março pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou um crescimento de 130% nas ações judiciais desse tipo entre os anos de 2008 e 2017, existindo hoje ao menos 498.715 processos de primeira instância só sobre temas relacionados à saúde. Um quinto dessas demandas é promovido por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, mostra o estudo.

Entre os diversos motivos que levam as pessoas a buscar a Justiça para ter acesso a tratamentos caros está o descompasso entre o desenvolvimento tecnológico e sua incorporação pelos órgãos estatais, avalia o juiz federal Clenio Schulze, especialista no assunto e coautor do livro *Direito à Saúde - Análise à luz da judicialização* (2019). "Um dos problemas maiores é que a indústria produz muito, são muitos medicamentos novos e é muito difícil o Estado incorporar", disse Schulze à Agência Brasil.

Diante de casos de vida ou morte, os juízes muitas vezes sentem não ter alternativa senão determinar que o Poder Público providencie com urgência os tratamentos. "A percepção que eu tenho, em contato com os juízes do Brasil, é que, como regra, eles têm dado ganho de causa ao autor do processo, justamente por essa situação trágica", disse o magistrado.

Sem alternativas

Não fosse o SUS, a família de Natan, portador de encefalopatia crônica por citomegalovírus congênito combinada com epilepsia, não teria como desembolsar o dinheiro para importar as ampolas de canabidiol necessárias ao tratamento. "Se a gente não entrasse com o processo, nossa realidade ia ser muito

Continuação: Paciente que precisa de remédios caros entra em pauta no STF

mais difícil", disse o pai de Natan, Gilvan de Jesus Santos. Ele hoje está desempregado e trabalha com bicos de entrega para sustentar a família, contou à Agência Brasil.

Responsável por mover milhares de processos do tipo, a Defensoria Pública da União (DPU) também entrou como interessada no caso. Nos autos, o órgão rebate os argumentos dos estados sobre a falta de recursos para arcar com os medicamentos caros não registrados pela **Anvisa**.

Para a DPU, a Constituição obriga o Estado a fornecer atendimento universal de saúde e, portanto, o Poder Público deve encontrar meios de priorizar essa obrigação. "Ainda que sejam limitados ou finitos os recursos públicos e estejam os mesmos presos à observância das leis orçamentárias, no confronto de valores há que se dar prevalência à saúde e à vida digna dos indivíduos", escreve o defensor público federal Bruno Vinicius Batista Arruda.

Por ter dezenas de interessados, cada um com a possibilidade de falar em plenário, a tendência é que a análise das repercussões gerais que tratam da judicialização da saúde tome bem mais do que uma sessão plenária no Supremo.

Por isso, apesar de começar na quarta-feira, ainda não há definição sobre a data em que os julgamentos devem terminar. Responsável pela agenda do plenário do Supremo, Toffoli garantiu aos governadores com quem conversou, no entanto, que o objetivo é que ainda no primeiro semestre deste ano se tenha um posicionamento final.

PB é o segundo em inovação

D2 I ÜHUtlK)

economia I Paraíba I Domingo, 19 de maio de 2019

PB é

A Paraíba é o 12º estado do país, e o 2º do Nordeste, em inovação. O ranking foi apresentado em estudo inédito da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec): o índice Fiec de Inovação dos Estados 2018.0 Estado é o melhor do Nordeste em qualidade da pós-graduação e registro de patentes.

O índice Fiec é dividido em duas áreas, denominadas Capacidades e Resultados, que avaliam tanto o ecossistema de inovação quanto a inovação em si. O índice de Capacidades mede quatro aspectos: Capital Humano, Infraestrutura de Telecomunicações, Investimento Público em Ciência e Tecnologia e a Inserção de Mestres e Doutores na Indústria.

O índice de Resultados também é formado por quatro indicadores: Propriedade Intelectual, Produção Científica, Competitividade Global em Setores Tecnológicos e Intensidade Tecnológica da Estrutura Produtiva.

A Paraíba aparece no 12º lugar geral do ranking e em 2º lugar no Nordeste, ficando atrás apenas de Pernambuco na região. No índice de Resultados, a Paraíba tem um desempenho melhor, ficando em 11º lugar, enquanto aparece em 13º no índice de Ca-

pacidades.

O Estado aparece em 6º lugar em termos de Propriedade Intelectual na Indústria, sendo o melhor do Nordeste na categoria, que está relacionada ao registro de patentes. A Paraíba também figura em 8º lugar em Qualidade da Pós-Graduação, sendo, mais uma vez, o melhor desempenho do Nordeste. Outro destaque é a colocação do Estado em Produção Científica, sendo o 11º colocado no ranking nacional.

A economista Zélia Almeida destacou a importância da inovação para o desenvolvimento da economia. Ela contou que, desde 2004, o Prêmio Celso Furtado recebe trabalhos de conclusão de curso de estudantes de Economia. "O que notei é que há uma tendência de os estudantes quererem inovar. Isso me emociona porque fui professora. Recebemos até um trabalho que defendia que a produtividade constante, sem crescimento, ocorria por falta de inovação", disse.

Zélia argumentou, no entanto, que é preciso que as empresas absorvam a inovação e que em períodos de recessão, como o que vivemos, é mais comum que as empresas e mesmo os pesquisadores, resistam em inovar.

A economista e professora aposentada defende que haja um maior diálogo entre a indústria, as empresas da iniciativa privada e as universidades, para que as pesquisas e os profissionais formados estejam adequados às demandas do mercado.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Patentes
3

Marco regulatório | Anvisa
5

Propriedade Intelectual
7